

ARTIGO

ENTRE A MALOCA E A CIVILIZAÇÃO: OS INDÍGENAS NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE RORAIMA NO SÉCULO XX

Resumo

Neste trabalho procuramos compreender a participação dos indígenas no processo de construção do lugar não-indígena em Roraima, no século XX. Na tarefa lançamos mão, de um lado, de uma fonte caracterizada por um material diversificado, em sua maioria textos já publicados e, de outro, do pensamento de Michel de Certeau, quando este afirma que os relatos constroem lugares.

Palavras-Chave: Indígenas; não-indígena; civilizar.

Abstract

This work analyzes the Indians participation in the process of construction of a non-indians place in Roraima, in 20th century. We use a diversified material - texts already published and Michel de Certeau thoughts inasmuch he defends that the reports build places.

Keywords: *Indians; non-indians; to civilize.*

* Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP (2015); Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003) e Licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (1989). É professor vinculado a Coordenação do Curso de História da Universidade Federal de Roraima desde de 1992.

Em “índios de Roraima”, trabalho publicado pelo Centro de Informação Diocesana de Roraima - CIDR em 1989, é observado que a partir de meados do século XIX, houve uma alteração nos documentos oficiais sobre a região do Rio Branco: diminuem as referências aos indígenas, até mesmo aos grupos mais arredios e, em lugar, aparecem notícias abundantes sobre a criação de gado. Para os autores da publicação, isto permite perceber o esquema ideológico que se esconde por trás deste tipo de ocupações que se desenvolveu na região:

Índios e brancos já não se relacionam diretamente, mas através de mediações produzidas e impostas pela invasão pecuarista. O gado passa a ser índice de propriedade da terra. Assim, uma terra sem gado é uma terra livre, não ocupada por ninguém. Uma terra com gado é uma terra que tem dono. Conseqüentemente, as terras ocupadas por indígenas, sem gado, são ocupáveis, porque livres. (*Idem*, 27).

Isso indica que os povos indígenas do Rio Branco saíram do centro das atenções dos idealizadores do processo de colonização da região, como fora nos povoadamentos do período colonial. Podemos imaginar que, de acordo com a idéia empregada pelos autores acima, eles são compreendidos, a partir de então, apenas enquanto grupos remanescentes com quem os colonizadores iam ter que conviver. Por sinal, uma presença que vai se tornar inoportuna e incômoda. Um exemplo disto, pode ser observado nos discursos atuais, onde são percebidos como obstáculos ao desenvolvimento do Estado de Roraima.

Compreendemos que este “desencanto” dos colonizadores para com os povos indígenas que se instala com a pecuária funcionando como mecanismo de colonização, se repete em todas as outras atividades econômicas que posteriormente vieram a se desenvolver na região, seja na sua invasão por garimpeiros, seja nas políticas públicas de incentivos aos assentamentos de colônias agrícolas.

Santilli (1994, 36), citando os campos do Paranapanema, sul de Mato Grosso, Maranhão e Piauí, relata que a expansão da pecuária nesses lugares se deu com a expulsão e/ou extinção dos povos indígenas, diferentemente do que ocorreu no Rio Branco, onde os fazendeiros tentaram ocupar as áreas indígenas, buscando de início a anuência desses povos.

Apesar da violência ter sido bastante utilizada, principalmente no início do processo de ocupação da bacia do Rio Branco pelos não-indígenas, quando houve o extermínio de etnias, o que o processo de ocupação da área por fazendeiros aponta é a preferência por um investimento no clientelismo, estabelecendo com os indígenas uma relação de compadrio e aliança: casando-se com mulheres indígenas, levando crianças destes povos para serem criadas nas fazendas. (*Idem*, 36).

Na forma como se processou a instalação de fazendas de gado no Rio Branco, observarmos que o extermínio ou a expulsão dos indígenas para lugares distantes não era uma preocupação central ou explícita deste mecanismo de colonização. Surge, assim, uma questão: se não pretendiam exterminá-los ou retirá-los fisicamente de seu caminho, isto implica que estes povos iriam estar presentes de alguma forma neste projeto, daí a pergunta: que lugar eles deveriam ocupar nesse processo? Como sabemos, não se tratava mais de aldeá-los.

Posicionando-nos no século XX, entendemos que os relatos de pessoas ligadas às duas agências indigenistas, o Serviço de Proteção ao Índio - SPI e a Missão Beneditina, que se estabeleceram nas primeiras décadas deste século no Rio Branco, são elucidativas para compreendermos, no campo das representações, como os indígenas deveriam ser inseridos nas práticas que a sociedade nãoindígena punha em ação.

O Serviço de Proteção ao Índio se instala no Rio Branco em 1915, entre as poucas atividades exercidas diretamente em favor dos povos indígenas da região, estavam as escolas, criadas com a função de alfabetizar as crianças indígenas e de ministrar cursos de seleiro, ferreiro, carpinteiro e marceneiro, sendo a primeira escola fundada em 1919. Esta era considerada, pelos agentes do órgão, como muito importante para adaptar os indígenas aos costumes dos civilizados e, conforme relatório de 1924, tinham por finalidade:

Disseminar a instrução entre as inúmeras tribos semi-civilizadas que povoam o interior para torná-los úteis ao engrandecimento da Pátria e ao bem da família. (CIDR, op. cit., 31).

Em outras palavras, enquadrá-los dentro deste novo modelo de sociedade significava ensinar-lhes novos meios que os possibilitassem manter a própria sobrevivência. Desta forma, enquanto indivíduos, tornavam-se úteis ao desenvolvimento da sociedade local e do Estado Nacional, conforme o pensamento do mundo moderno. Eram assim, compulsoriamente, levados a aceitar um projeto de organização social “alienígena”, como se fosse seu próprio projeto.

Quanto à clientela dos cursos, diz o relatório do SPI de 1923:

São freqüentados com grande proveito pelos filhos de índios, que constituem a massa de trabalhadores e de campeiros de gado de toda a região de Alto Rio Branco. (*Idem*, 29).

Acreditamos que aí se encontra explícito o lugar que os indígenas deveriam ocupar neste modelo de sociedade. Pois, na configuração de um lugar que tinha como principal atividade a pecuária, a estes estava reservado cuidar do gado, além de outras

atividades subsidiárias, mas necessárias àquele empreendimento. Comenta Luciano Pereira (1917) em seu relatório de visita ao Rio Branco, em 1917:

Quando nas malocas, plantam o milho e a mandioca de que necessitam e o que sobra vendem aos civilizados, em troca de armas e panos para roupa. (*Idem*, 22).

Portanto, fornecer farinha, produtos de horticultura, além de prestar serviços braçais, eram as atividades reservadas aos indígenas. Colocados em ação nesse processo, os indígenas seriam transformados em “cidadãos” útil à Pátria e à família “civilizada”.

Voltando-nos para a segunda agência indigenista, os beneditinos, apesar de não terem experiências com a catequese indígena, criticavam os métodos anteriores empregados nesta prática. Para um fomentador da missão beneditina, o Bispo Van Caloen, a premissa básica para o sucesso consistia, primeiramente, no distanciamento gradativo do indivíduo de sua cultura de origem. Santilli (*Op. cit.*, 46-47) cita um trecho de seu discurso datado de 1919, ocasião em que o Bispo procurava angariar recursos no Rio de Janeiro para o projeto da missão. Nele, podemos perceber a metodologia empregada:

Há um segundo systema de aldeamento melhor ainda que o primeiro e mais efficaz porque está baseado em raízes mais profundas: é um systema de educação completa de meninos e de meninas índios, em internato agrícolas, educação coroada pelo matrimonio christão e a fundação de um lar civilizado (...) Isto basta para a primeira geração de meninos, apanhados nas matas, nus e vadios, e que tem ainda no sangue os instintos da natureza não refreada por tradição ou por autoridade alguma(...).

Na teoria, estas citações evidenciam o quadro que configuraria a participação dos povos indígenas no projeto de ocupação do espaço roraimense. Em essência, podemos dizer que ambas as agências indigenistas visavam a um mesmo objetivo: transformar os indígenas em homens “civilizados”, o que implicava distanciá-los de sua cultura de origem, para que, desta forma, pudessem ser úteis à sociedade que deveriam integrar.

Pensando na interação entre os grupos sociais na constituição da sociedade local, observamos que, quando Koch-Grünberg (1966) afirma que as fazendas nacionais estavam sendo espoliadas por particulares que tomavam posse e marcavam o gado com suas próprias marcas, isto implica que estas pessoas eram “contempladas” com a propriedade da terra e, ao mesmo tempo, com o motivo da ocupação, no caso a criação de gado bovino. Portanto, estava a sua disposição o espaço, ou seja, o

local para sua instalação que eram os campos de Roraima e, o próprio objeto para a ocupação deste lugar, o gado. Restava uma atividade a ser posta em prática, que por sua vez, necessitava de alguém para executá-la e representava o terceiro fator indispensável à construção de um lugar qualquer: o trabalho. É nesta função que teria utilidade o povo indígena.

No período analisado, os autores que se referem aos indígenas de Roraima são unânimes em afirmar a participação desses povos em trabalho nas fazendas e garimpos. “É raro encontrar um homem macuxi que não tenha passado pelo menos uma temporada como garimpeiro improvisado”. (DINIZ, 1972, 73-74).

Em suas observações sobre a fazenda São Marcos, afirmava Koch-Grünberg:

Los ‘vaqueiros’ son en su mayoría indios puros de las cercanas tribus Makuschí, Wapischana y otras, y sorprende la rapidez con la que esta gente aprende a manejar caballos y lazos, cuando llega del interior. (1966, 35).

Luciano Pereira é de opinião parecida, quando relata que:

No Rio Branco os serviços dos índios são aproveitados para todos os mistéres, inclusive o de vaqueiro, no que às vezes se tornam exímios. Assim, os da fazenda nacional São Marcos são quase todos índios, a começar pelo capataz, e mais ou menos vão dando, conta do recado.(Op. cit., 22).

Estes relatos confirmam a participação ativa dos povos indígenas de Roraima em atividades econômicas voltadas para a construção de um lugar que era exclusivo da sociedade não-indígena, tanto no que se refere à administração, quanto ao estilo de sociedade que a atividade constituía. Se observarmos, o processo de povoamento do período colonial, apesar de ser um projeto idealizado e administrado por não-indígenas, era constituído exclusivamente pelos povos indígenas. O caso agora era outro: os indígenas deveriam aceitar como seu, um projeto em que entravam apenas com a prestação de um serviço pouco qualificado, abrindo mão de todo o espaço que lhes era até então reservado, bem como de sua própria organização social, e, enfim, de sua própria cultura.

No Jornal Boa Vista, propriedade do Governo do Território Federal de Roraima, semanário praticamente exclusivo da década de 1970, percebemos um silêncio quase total quanto à presença dos povos indígenas nesse período. Este silêncio reforça a nossa crença de que todos os mecanismos de ocupação do Rio Branco, atual Estado de Roraima, exceto o povoamento do período colonial e o projeto levado a efeito, no presente, pelo próprio movimento indígena, não são diferentes quanto a

esta atitude. Se a este grupo de agentes sociais não eram reservadas referências nos discursos, significa que sua presença não era significativa para o desenvolvimento dos planos que se desejava executar, o que reforça a idéia de ajudantes desqualificados como posição que deveriam ocupar nesse processo.

Podemos dizer que a configuração sócio-econômica que começou a se desenhar na ocupação efetiva de Roraima era de uma sociedade caracterizada pela grande propriedade, voltada quase exclusivamente para a pecuária, tendo como principal grupo social formador os nordestinos e seus descendentes.

Pela década de 1970, permanece este enquanto o quadro central, mas abrindo-se para a perspectiva de atrair investidores dos mais diversos ramos e locais do país e, acreditamos, sempre com a certeza de contar com o apoio dos povos indígenas no exercício de tarefas que não requeriam uma mão-de-obra mais especializada.

Nesse período, o espaço em construção no Território de Roraima pela sociedade não-indígena era de um lugar que, como outro qualquer, requeria de seus habitantes determinadas características para habitá-lo, ou seja, era preciso estar de acordo com sua ordem, conforme proposta de Certeau (1994). Sendo os indígenas considerados por essa sociedade como incapazes de desenvolverem tarefas que requiriam uma construção lógica mais elaborada, de serem taxados de preguiçosos e primitivos, era certo que seriam considerados sujeitos incapazes ou inadequados para habitarem um mundo que se queria moderno.

Para se integrar satisfatoriamente ao projeto social dos grupos regionais, o indígena precisava se tornar compatível com suas atividades. Um dos desejos desta sociedade era transformá-lo em colono. Ainda em 1973, uma nota falava do desejo da Fundação Nacional do Índio - FUNAI em instalar agrovilas para grupos tribais que já se encontravam, conforme a nota, integrados à sociedade nacional. De acordo com o projeto, cada família receberia um lote de 50 hectares, chegando a prever o General Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, presidente do órgão, que, se houvesse sucesso, a experiência seria estendida a outras partes do país. (JORNAL BOA VISTA, 27/10/1973, 8).

Um exemplo da materialização deste desejo aconteceu no dia 16 de junho de 1977, quando o indígena Ricardo Aleixo, filho de um cacique wapixana, recebeu das mãos do Ministro do Interior Quant de Oliveira, a pedido do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Lourenço Vieira da Silva, o título de propriedade de terras, tornando-se, conforme a matéria, o seu legítimo dono. Ricardo Aleixo passou à história como primeiro indígena brasileiro a receber título de proprietário de terras, com direito a foto no jornal e repercussão na grande

imprensa nacional. (JORNAL BOA VISTA, 25/06/1977, 3). Este fato, pelo visto, animou o Presidente do INCRA que informou:

O Instituto pretende intensificar o cumprimento efetivo da Lei 6001 do Estatuto do Índio que estabelece em seu artigo 33 a regularização de terras até 50 hectares que forem ocupadas por índios, durante um período de dez anos consecutivos. (*Idem*).

Se levarmos em conta a cultura indígena, este modelo de distribuição de terras conduzia a uma outra ordem de lugar. É a propriedade privada se instalando em uma região onde a terra era um bem coletivo. Se até então, estes povos não haviam se preocupado com a posse da terra, a não ser talvez, proteger seus territórios de outros grupos, a nova ordem exigia um papel escrito e assinado por uma autoridade que veio de fora, ocupou seu lugar e ditava as ordens na construção daquilo que considera seu próprio espaço.

Acreditamos que, de forma implícita, a elite da sociedade roraimense sonhou com uma integração dos povos nativos sem ruído, quiçá enquanto último ato de uma peça que se iniciara no século XVIII. Para esta sociedade, entre os estágios por ela considerados de “selvagem” e de “civilizado”, no processo de integração, o indígena passava por uma fase intermediária que era de caboclo. Dessa forma, no primeiro momento, era considerado indígena aquele que vivia isolado da sociedade nacional brasileira, andava nu, usava flecha e outros objetos e práticas mais específicas desse povo. Num segundo, o chamado caboclo, vestia roupa e usava outros objetos e práticas da sociedade não-indígena, convivendo ou não diretamente com este. Por último, era a fase em que o indivíduo perde completamente seu vínculo com seu povo de origem e se torna indistinto de outros indivíduos da sociedade dita civilizada.

Compreendemos que Ricardo Aleixo, ao receber do INCRA o título de proprietário de terras, estava dando um grande passo para se tornar um “civilizado”, visto que, ao ocupar seu lote e corresponder às expectativas que o referido título trazia consigo, transformar-se-ia em colono. No momento em que recebeu o título, com certeza Ricardo já não ocupava a condição primária de indígena e seria apenas uma questão de tempo para deixar o que podia ainda existir da fase intermediária, para ser totalmente considerado um civilizado. Tratava-se apenas de uma adaptação ao novo modo de viver.

Com o exposto, acreditamos ser possível fazermos algumas observações. Entendemos que as estratégias de colonização ressaltadas até aqui tinham como premissa básica para o sucesso, eliminar os valores culturais indígenas, em especial, os incompatíveis com o avanço da colonização. Quando falamos de avanço, não esta-

mos nos referindo apenas ao progresso material, mas ao desenvolvimento de todos os valores que requer a organização de um lugar, entre eles, os morais.

A fórmula para atingir este objetivo variou, ao menos de três formas distintas: uma, foi a Ideando os indígenas; outra, através de uma educação escolar voltada para civilizá-los; e uma terceira, seria contando com a condescendência dos indígenas, ou mesmo os ignorando e ocupando suas terras com projetos alheios às suas práticas.

Conforme as tradições indígenas, o mundo foi construído e lhes legado pelos seus heróis mitológicos. No processo de ocupação da região do Rio Branco, um outro mundo lhes era imposto, desta vez, por seres humanos contemporâneos seus. Estes lhes doavam não apenas um mundo, mas a própria posição que deviam ocupar neste e mais, estavam presentes para impor esta proposta.

Podemos perceber que o uso do termo “civilizar”, palavra tão proferida pelos colonizadores, não passou de falácia, visto que se tomarmos o termo nas acepções: fazer sair do estado primitivo; instruir; tornar civil, nenhum esforço sistematizado ocorreu neste sentido. Subentende-se que quem civiliza, civiliza alguma pessoa, ou grupo de pessoas, ou povo. Quando Santilli (1994) cita os campos do Paranapanema, sul de Mato-Grosso, Maranhão e Piauí, afirmando que a expansão da pecuária naqueles lugares se deu com a expulsão e extinção dos nativos, isto significa que lá não se processou a ação de civilizar, assim como isso também não houve no Rio Branco com relação àquelas etnias que também foram expulsas ou exterminadas. Como o ato poderia ocorrer se já não existia a quem civilizar?

Mesmo nas estratégias de colonização onde esta prática poderia ter ocupado espaço importante, isto não ocorreu. Foi o caso dos povoamentos aldeando os indígenas, ou da pecuária em que os seus agentes buscavam a anuência destes povos. O emprego do verbo civilizar também não passou de retórica; na prática, tratava-se apenas de quebrar os valores sócio-culturais indígenas que impediam o estabelecimento da nova ordem de lugar. Podemos perceber que nos pontos mais incompatíveis, quase sempre houve resistência por parte dos indígenas, uma evidência disto é o fracasso dos aldeamentos.

Entendemos que tal insucesso pode ser creditado, mais especificamente, à incompatibilidade dos dois modos de viver em sociedade, o que implica duas maneiras de organizar lugares bastante diferentes. As evidências podem ser traduzidas nos discursos dos agentes coloniais do século XVIII, logo após a rebelião dos indígenas aldeados em 1884, ou mesmo após a rebelião de 1890, quando se falava da necessidade de a Ideá-los distante do seu lugar de origem. Isto significava que as proximidades

com suas práticas culturais os impediam de se integrarem a uma nova organização social. (FARAGE, 1991).

Podemos perceber isto também no discurso do Bispo Van Caloen, para quem era suficiente educar as crianças indígenas, “esta geração, passar d ‘um estado quase animal ao de um bom pae de família’. Diz Santilli (1994, 4 7), parece que ele não alimentava maiores expectativas quanto à conversão dos adultos. O distanciamento gradativo de sua cultura original começava, assim, com as crianças, pessoas que não tinham incorporado ainda os valores culturais dos indígenas e se encontravam numa fase propícia para receber uma nova formação.

Ou ainda, nas justificativas para a implantação de escolas para indígenas, que eram quase sempre internatos. Dizia o relatório do SPI de 1924:

Muito necessária se torna a criação de escolas primeiras nas zonas habitadas pelos silvícolas que se vão adaptando nos costumes da civilização. (CIDR, 1989, 31).

O objetivo era sempre afastá-los da sua organização social para aproximá-los dos costumes do mundo “civilizado”. Nunca houve a preocupação de instruí-los, de torná-los civis ou civilizados. Isto daria ao nativo a condição de igual, o que implicaria também condição de reivindicar direitos específicos, o que poderia ser a saída dos próprios invasores de seus territórios.

Afastá-los ou fazê-los esquecer seus valores e práticas que impediam o desenvolvimento de uma nova forma de ocupar o espaço, era o ponto crucial, o qual os colonizadores procuraram enfrentar e, podemos dizer que, em parte, a sociedade roraimense enfrenta este problema na atualidade, visto que o processo de ocupação desta região pelos não-indígenas ainda não se definiu completamente. Entendemos que os indígenas do Rio Branco, atual Estado de Roraima, nunca se afastaram completamente de seus costumes tradicionais, de sua cultura, do lugar organizado segundo seus valores.

Se no passado, a sociedade não-indígena procurava desqualificar traços culturais dos povos nativos e impor a sua própria maneira de viver e se organizar, na atualidade, os indígenas trabalham na valorização de suas culturas e exigem serem respeitados enquanto tais.

Talvez tenha contribuído para isto uma colonização tardia, pois na região nordeste do Estado, território macuxi, a colonização sistemática só chegou nas primeiras décadas do século XX. As escolas que visavam educar indígenas são também deste período, bem como a presença autônoma da Igreja Católica.

Tomando como referencial, mais especificamente, os Macuxi e os Wapixana, a cultura desses dois povos sofreu alterações bastante significativas: houve mudança no formato de suas habitações; incorporou-se o uso de roupas nãoindígenas; a língua materna em grande escala foi esquecida; passou-se a consumir produtos que lhes eram estranhos levando-os a participar, de alguma forma, do mercado local.

Apesar disto, muitas de suas práticas específicas permaneceram, e hoje, somam-se a traços autênticos, entre eles a própria organização que o movimento indígena ganhou. Alguns velhos indígenas nunca deixaram de falar sua língua de origem, e hoje, podemos ver jovens também falando. Determinados tipos de comidas, como a “damorida”: um cozido muito usado, ainda hoje, por eles, ou de bebidas como “caxiri”: bastante apreciada por aquele povo. Isto significa que eles nunca se afastaram completamente de suas práticas cotidianas.

A maioria vive, hoje, em aldeias chamadas de malocas e mesmo os que moram na cidade, normalmente mantêm relações com os parentes que vivem naquelas. Se pela passagem de meados do século XX, estes povos tendiam a desaparecer enquanto etnias consumidas pelos avanços da sociedade regional, com a organização do movimento político indígena nas últimas décadas, tendem a se desenvolver movidos pelo processo de construção de uma nova identidade.

No período em que se inicia um processo de modernização do lugar nãoindígena em Roraima, mais especificamente, a partir da década de 1970, aumentam os esforços no sentido de transformar o mais rápido possível, o indígena em homem comum. Entendemos isto como um gesto que tinha por objetivo evitar reconhecer neste, qualquer traço que exigisse direito diferenciado. Portanto, a preocupação em ocupar e legalizar a posse de territórios indígenas o quanto antes com projetos não-indígenas, era uma forma de garantir para sociedade não-indígena a maior quantidade de terra possível. Para atingir este objetivo, era válida até mesmo a presença de lavas de garimpeiros em atividade de exploração mineral, prática que a sociedade local via com desconfiança, pelo fato de implicar na invasão do espaço por uma grande quantidade de imigrantes, que em sua composição era constituída na grande maioria de homens “rudes” e de baixo poder aquisitivo.

Nas falas do governador Ramos Pereira, quando se refere aos roraimenses, seja da aldeia ou de uma área de garimpo visitada, não há nenhum tratamento diferenciado no que se refere aos indígenas, salvo nas reivindicações, pois estes pediam tecidos, calçados, sal e etc, enquanto que os não-indígenas solicitavam estradas, condições de trabalho e escolas entre outras coisas. No mais, eram vistos conforme as manchetes do *Jornal Boa Vista*, indistintamente.

Entendemos que não poderia ser outra a atitude do governador, se levarmos em conta o modelo de sociedade que ele desejava instituir, pois um modelo social que tinha por principal objetivo desenvolver o seu setor produtivo recorrendo às técnicas de produção do mundo moderno, em si já era revolucionário no sentido de carregar consigo o desejo de inovação. Podia ser traduzido exatamente na negação ao velho, ao considerado arcaico e, esta era a condição que ocupavam os indígenas dentro dessa visão.

Dessa forma, as características do ser indígena não encontravam espaço numa sociedade que se desejava moderna. Pois, conforme os sonhos dos que estimulavam o desenvolvimento desse modelo de sociedade, se tratava de dois extremos opostos e inconciliáveis. Apesar de uma manchete de 13 de novembro de 1973, dizer que a **“Perimetral Norte marcará o encontro de civilizações: era do computador com a da pedra lascada”**, (JORNAL BOA VISTA), era um encontro que não permitia um convívio entre os dois pólos opostos. Um era a morte do outro e, neste caso, os discursos em prol do novo, do moderno tinham como ponto de partida, os próprios valores da cultura indígena, utilizados pelos produtores e instituidores desse novo mundo, para ressaltar a importância e o valor da sua construção. Era da morte do lugar indígena que estes discursos se alimentavam e ganhava forma. (CERTEAU, 2000).

Referências

CERTEALI, Michel de. **A invenção do Cotidiano**: Lartes de fazer. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

_____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CIDR. **Índios de Roraima**: makuxi, taurepang, ingarikó, wapixana. Boa Vista: Diocese de Roraima, 1989.

DINIZ, Edson Soares. **Os índios macuxi do Roraima**: sua instalação na sociedade nacional. Marília/SP, Ed. Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Marília, 1972.

FARAGE, Nádía. **As muralhas dos sertões, os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

JORNAL BOA VISTA, 27/10/1973.

JORNAL BOA VISTA, 13/11/1973.

JORNAL BOA VISTA, 25/06/1977.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Del Roraima ai Orinoco**. Caracas: Ediciones del Banco Central de Venezuela, 1966.

PEREIRA, Luciano. **O Rio Branco**: observações de viagem: Manaus: Imprensa Publica, 1917.

SANTILLI, Paulo. **Fronteiras da República**: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco. São Paulo: NHII/USP; FAPESP, 1994.